

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15406 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

PRODUÇÕES ACADÊMICAS: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E POLÍTICA DE ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Miguel Costa Silva - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Keila de Jesus Morais Lobato - UEPA - Universidade do Estado do Pará

PRODUÇÕES ACADÊMICAS: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E POLÍTICA DE ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Resumo: O objetivo deste artigo é levantar e analisar dissertações e teses a respeito da educação intercultural e política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior. Os resultados apontaram a necessidade de se estudar educação intercultural, no que tange às políticas de acesso ao ensino superior, para pessoas com deficiências, e que apenas uma pesquisa foi desenvolvida sobre a temática. Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfica, baseada no estado do conhecimento, segundo Morosini e Fernandes (2014) e Soares (1989), nos estudos interculturais de Candau (2008), Oliveira (2012), Fleuri (2018), Walsh (2019), entre outros. A pesquisa faz parte de um recorte de dissertação Mestrado, correspondente ao período de 2017 a 2023, no Catálogo de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Nacional de Teses de Dissertações (BDTD) e no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA).

Palavras-chave: Educação intercultural; Política de acesso; Pessoas com deficiência.

Introdução

Este estudo consiste em um estado de conhecimento com o objetivo de levantar e analisar dissertações e teses a respeito da educação intercultural e política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior. Segundo Morosini e Fernandes (2014) e Soares (1989) para se construir uma determinada pesquisa, no primeiro momento, deve-se verificar quais os espaços e ambientes possíveis de pesquisas, onde estão localizadas as produções, como se pode acessar tais pesquisas já realizadas, bem como o quantitativo de possibilidades de verificação das mesmas.

Nesse sentido, foi realizado um mapeamento das teses e dissertações publicadas no

Catálogo de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Nacional de Teses de Dissertações (BDTD) e no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Os descritores de busca foram: “educação intercultural”; “política de acesso”; “pessoas com deficiência”; “educação intercultural e política de acesso”; “educação intercultural e pessoas com deficiência”; e “política de acesso e pessoas com deficiência”.

O artigo está organizado em quatro seções: a introdução, em que se apresenta o objetivo e a metodologia do estudo; a educação intercultural e a política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior; o levantamento e análise das produções acadêmicas e as considerações finais.

A educação intercultural e a política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior

A educação inclusiva objetiva a democratização do espaço escolar, *“Essa convivência com a diferença no âmbito da escola pressupõe mudanças estruturais e pedagógicas visando atender às necessidades específicas dos alunos especiais.”* (OLIVEIRA, 2012, p.18).

A criação da Lei Brasileira de inclusão 13.146/15, ou Estatuto da pessoa com deficiência, como ficou conhecida, trouxe mudanças de perspectiva no que tange ao olhar para a pessoa com deficiência, enfatizando que a deficiência está no meio e não na pessoa, conforme prevê o Capítulo I, no Inciso IV da Lei. Entretanto, a Lei não caminhou nas conquistas na área da educação para as pessoas com deficiência no acesso ao ensino superior.

No ensino superior, a educação inclusiva perpassa pela política de acesso de pessoas com deficiência, cuja base legal é a Lei nº 10.098/2000. Criou-se a lei 12.711/2012, que ficou conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas nas universidades federais e institutos técnicos federais para estudantes de escolas públicas. Em 2016 foi criada a Lei 13.409/16 que oportunizou a reserva de vagas para as pessoas com deficiências, conforme o artigo 5º da desta Lei.

Essas cotas fazem parte de uma política de ação afirmativa. Segundo Paiva (2018), o conceito de “ação afirmativa” surgiu na Índia, em decorrência do sistema Castas, ali enraizado. E em seguida, nos Estados Unidos, em 1965. No caso do Brasil, a partir da década de 1990, começam a ser demandadas as primeiras políticas de ação afirmativa para vários grupos que se organizam, como os diversos coletivos de mulheres, de negros, de índios ou de deficientes físicos, PAIVA, (2018).

A partir de 2002, as universidades públicas começam a introduzir diversas modalidades de ação afirmativa para os egressos das escolas públicas, negros, deficientes físicos, populações indígenas e quilombolas.

A política de acesso ao ensino superior envolve uma diversidade de sujeitos e uma complexidade e heterogeneidade de elementos culturais e humanos, numa perspectiva intercultural.

A política de educação inclusiva no ensino superior pressupõe “um reconhecimento de que os processos educativos são partes de processos culturais mais amplos” (MARCONDES; OLIVEIRA, 2010, p. 27), o que implica no diálogo com a educação intercultural.

Conforme Walsh (2019), a interculturalidade é um paradigma "outro", que oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização, a construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta.

Fleuri (2018, p. 42) explica que o educador “passa da perspectiva multicultural à intercultural quando constrói um projeto educativo intencional para promover a relação entre pessoas de culturas diferentes”, isto é, quando reconhece não apenas existir diferenças entre culturas e sim busca estabelecer relações entre elas.

Desse modo, o debate sobre a interculturalidade no ensino superior não pode ser olhado apenas ao acesso de diversidade de sujeitos, visando superar as desigualdades sociais, há necessidade de as práticas pedagógicas viabilizarem o diálogo dos múltiplos saberes, compreendendo-se ser a exclusão social e educacional um problema ético-político, isto é, *“assumindo-se um compromisso ético com o outro, denunciando a exclusão e apontando-se perspectivas de mudança (OLIVEIRA, 2016, p. 92).”*

Mudanças na perspectiva da interculturalidade crítica, que segundo Candau (2008) advém das demandas sociais, a partir da problemática do poder, da subalternização dos grupos sociais, da racialização e da diferença desses grupos historicamente excluídos, CANDAU, (2008, p. 51).

Fleuri (2001) relaciona a ideia das lutas dos grupos excluídos contra os processos de exclusão, e o desenvolvimento da interação das demandas e movimentos sociais, estabelecendo relações interculturais no reconhecimento das diferenças presentes em um dado contexto, neste caso a educação superior das pessoas com deficiências.

Assim, a universidade precisa avançar, nesta perspectiva intercultural, para mudanças em suas políticas de acesso e de permanência para os segmentos sociais historicamente excluídos, entre os quais, o público da educação especial.

O levantamento e análise das produções acadêmicas

A partir dos acervos digitais foram identificados os seguintes cenários de pesquisa, nos anos de 2017 a 2023. Na visita ao site da *CAPES*, foram encontrados os resultados de

601.361. E no cruzamento dos descritores, foi encontrado apenas um resultado.

Na visita ao site da *BDTD*, foi verificado que o quantitativo geral das publicações nesse banco de dados foi de 351.141. E no cruzamento dos descritores, foram encontrados dois resultados sobre o cruzamento dos descritores "Política de acesso e pessoas com deficiência".

O último levantamento foi realizado no site do PPGED-UEPA. A escolha deste Programa se deu pelo fato de ter uma linha de pesquisa denominada Saberes culturais e educação na Amazônia e que trabalha teoricamente com a educação intercultural.

No site do PPGED/UEPA existem 10 dissertações que tratam da educação especial, e destas duas trazem o debate da questão da educação intercultural na perspectiva da educação especial. Trata-se da Dissertação de Lobato (2019), que analisa as representações sociais e a comunicação/interação entre um adolescente surdo e ouvintes de uma comunidade quilombola, utilizando-se do referencial da educação intercultural crítica. E outra pesquisa que trata da educação intercultural de pessoas com deficiência, e da política de acesso na Universidade do Estado do Pará, portanto no ensino superior.

No quadro 1, visualizamos uma dissertação (D) e uma Tese (T), ambas as produções não apresentam como referencial teórico a interculturalidade, ou a educação intercultural. A preocupação é com o acesso ao ensino superior de pessoas com deficiência. A seguir tem-se o cenário geral das produções encontradas nos repositórios digitais da CAPES, *BDTD* e PPGED/UEPA, conforme o quadro 1:

Quadro 1: "Educação Intercultural"; "Política de acesso" e "Pessoas com deficiência"

AUTOR (A)	TÍTULO	D/T	UNIVERSIDADE	ANO
Junqueira, André Luiz Reis.	Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFJF.	D	Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)	2019
Lobato. Vera Lúcia de Cristo.	As representações sociais de um adolescente surdo quilombola: Afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas.	D	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	2019
Silva, Cristiane Ribeiro da.	A Lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação: desafios e perspectivas nas políticas institucionais.	T	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2020
	EDUCAÇÃO INTERCULTURAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: a política de acesso na Universidade do Estado do Pará de 2012 a 2020.	D	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	2022

Fonte: quadro elaborado pelo autor (2024)

Percebe-se que no cruzamento dos descritores a nível nacional encontram-se duas produções relativas à política de acesso e pessoas com deficiência, entretanto apenas uma produção traz o debate da interculturalidade na educação superior, na perspectiva da educação

especial. A pesquisa revela, portanto, a carência de políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva da educação intercultural e a necessidade de mais estudos nessa área.

Conclusões

A busca nos acervos digitais de pesquisa, por meio do levantamento de teses e dissertações, revelou a necessidade de se estudar educação intercultural, no que tange às políticas de acesso ao ensino superior, para pessoas com deficiências, que possa entrecruzar as perspectivas para além do olhar monológico e homogêneo. Perspectivas outras para uma educação transformadora e emancipadora, saindo das lógicas tradicionais e objetivistas, das amarras dos currículos e conteúdos engessados em políticas enviesadas que desvalorizam a experiência, o ambiente natural do ser, as identidades e as especificidades dos sujeitos.

Entre as pesquisas analisadas, apenas uma possui referencial de educação intercultural crítica, articulando educação especial e do acesso à educação superior, necessitando de mais estudos nessa área.

Após a realização da pesquisa, constata-se a carência do estudo, na área do acesso de pessoas com deficiência no ensino superior na Amazônia, o que nos lança para desafios de maior envergadura para a sociedade, e alarga possibilidades outras de estudos para a educação na perspectiva intercultural.

REFERÊNCIAS

Brasil, **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de 133 deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 29 jul. 2020.

Brasil, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 07 jul. 2022.

Brasil, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 29 jul. 2020.

Brasil, **Lei no 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em 07 jul. 2022.

Candau, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, nº37, Janeiro/Abril, 2008.

Fleuri, Reinaldo Matias. **Educação intercultural e formação de professores**. João Pessoa: Edita do CCTA, 2018.

Fleuri, Reinaldo Matias. Desafios a educação Intercultural no Brasil. In: **Revista Educação, Sociedade e Cultura**. Nº 16, 2001, 45-62. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 17 set. 2020.

Junqueira, André Luiz Reis. **Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior**: estudo de caso da UFJF. 105 Fl. Dissertação de Mestrado - CAEd/UFJF. 2019.

Lobato. Vera Lúcia de Cristo. **As representações sociais de um adolescente surdo quilombola**. Afirmções étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas. 208 Fl. Dissertação de Mestrado - PPGED/UEPA. 2019.

Marcondes, Maria Ines; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; TEIXEIRA, Elizabeth **Metodologias e técnicas de pesquisas em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 09 a 35.

Morosini, M. C. FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento>> Acesso em 21 de mai. 2022.

Oliveira, Ivanilde Apoluceno. Educação Inclusiva em Escolas Multisseriadas do Campo na Amazônia: um olhar para as práticas dos professores. **XVI ENDIPE – 136 Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2012.

Oliveira, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologias e educação**: bases conceituais e racionalidades científicas. Petrópolis. RJ: Vozes, 2016.

Paiva, Angela Randolpho. Ação afirmativa. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. 3ª edição. São Paulo. Unesp 2018, p 36-40.

Silva, Cristiane Ribeiro da. **A Lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação**: desafios e perspectivas nas políticas institucionais. 196 Fl. Tese de Doutorado - PPGED/UFPR. 2020.

Soares, M. **Alfabetização no Brasil**: O Estado do conhecimento, Brasília, INEP/MEC, 1989.

Silva, M. C. **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: a política de acesso na Universidade do Estado do Pará de 2012 a 2020**. 155 f. Dissertação de Mestrado em EDUCAÇÃO. Universidade do Estado do Pará PPGED/UEPA, Belém. 2022.

Walsh, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade**. Federal de Pelotas (UFPel) ISSN - 2448-3303. V. 05, nº. 1, Jan.-Jul., 2019.